

Representatividade

Junji Abe chama atenção para dívida com as mulheres

Em discurso na Câmara, deputado diz que poder público e cidadãos têm de se unir para combater a violência que vitima uma mulher a cada 2 segundos no Brasil

Ao assinalar o transcurso do Dia Internacional da Mulher, o deputado federal Junji Abe (PSD-SP) chamou a atenção para os débitos do poder público e dos cidadãos com as mulheres, em que pese a importante aprovação de seis projetos da pauta feminina pela Câmara dos Deputados. "Enquanto disse poucas palavras, pelo menos, 25 mulheres foram vítimas de violência física ou verbal", disparou, referindo-se ao dado do site Relógios da Violência (<http://www.relogiosdaviolencia.com.br>), que registra um caso a cada 2 segundos no Brasil.

Usando a tribuna durante sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira (08/03/2018), Junji frisou que "muito mais importante que os números é a agressão em si". Ele observou que condena toda e qualquer forma de violência contra humano ou não. "Existem uma, contudo, que me arrepiam a alma: o estupro". "Faltam-me palavras para expressar o inominável horror

que tenho de estupro. Não me interessa se é menor de idade, se sofreu abuso na infância, se praticou o crime sob efeito de drogas, se sofre de distúrbio mental, se é flagelado do desemprego, se qualquer coisa, estupro é estupro. Ponto", expressou-se Junji, ao acrescentar que não se importa em ser crucificado pelo "pessoal dos direitos humanos, que defende estupro sob os mais diferentes argumentos". Junji frisou que defende "o direito da mulher de não ser violada e o dever do poder público de punir o criminoso com máxima agilidade e pleno rigor". Na visão do deputado, a cultura do estupro é tão grave quanto a impunidade de estupro. "Sinto que voltamos à Idade Média diante de comentários de que a vítima sofreu violência sexual porque usava roupas curtas, decotadas, coladas à silhueta. Ou porque frequentava locais de baixa reputação. Ou ainda porque era extrovertida demais. Façam à sociedade o favor de calar!", considerou.



Segundo o parlamentar, é vital parar de culpar a vítima pela violência que sofreu. Ele apontou o "ranço de machismo" nos organismos de segurança pública como um dos principais motivos para as subnotificações do crime de estupro – cerca de dez vezes menor que o real.

Em função do pouco tempo disponível para o pronunciamento – 1 minuto –, o deputado entregou o texto para registro na Casa. Embora não haja "fórmulas de efeito imediato para conter a escalada" desses crimes, continuou no documento, há medidas para resultados a

médio e longo prazos. Ao enumerar ações que sustenta como bandeiras, pontuou o combate a todas as drogas e a implantação do período integral nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. Neste último, observou que a medida "também elimina o tempo ocioso que pode levar o jovem à criminalidade". Ainda no ensino, Junji indicou a necessidade de incluir no currículo, desde a educação infantil, "temas que forcem a assimilação do respeito à mulher e do fim da cultura do estupro". Já na segurança pública, pregou maior preparo e qualificação profissional. Também observou ser "imprescindível ampliar substancialmente o peso das penas para o estupro e sem aliviar os menores de idade". Mesmo que fiquem detidos em instituições específicas para quem tem menos de 18 anos, de acordo com o parlamentar, os menores não podem ficar livres em três anos. "Estuprou, responde como gente grande!" Ainda na lista de medidas que Junji

defendeu, está a participação popular em campanhas permanentes contra crimes sexuais, "que acabam limitadas ao período pós-divulgação de notícias pavorosas". Para finalizar, o deputado exaltou a importância da educação no lar, com a transmissão de valores morais e éticos, assim como de religiosidade – qualquer que seja o credo. "Os pais têm de assumir sua responsabilidade na missão de aniquilar a cultura do estupro", avaliou, emendando que é preciso enraizar o entendimento de que não é não. "Cultivemos adultos melhores!" Reconhecendo os avanços representados pelas Leis Maria da Penha e do Feminicídio, assim como importantes projetos que devem ser aprovados no Congresso, Junji dirigiu-se ao Plenário para alertar "que cabe-nos trabalhar pesado para combater tão terríveis mazelas e, quem sabe, num futuro próximo, possamos nos orgulhar de render às mulheres as dignas homenagens a que têm direito".